



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 17 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 1 DE SETEMBRO DE 2017.**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. N.º MA - 09/2017 – Aprovação de minuta de contrato: “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”; -----
2. Proc. N.º MA - 09/2017 – Nomeação da Fiscalização da empreitada: “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”; -----
3. Proposta de redução de taxas – Processo 04/2017; -----
4. Proposta de redução de taxas à Meimoacoop; -----
5. Modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2018; -----
6. Transportes Escolares – Ano letivo 2017/2018 – Adenda ao Protocolo entre o Município de Penamacor e a Rodoviária da Beira Interior, S.A.; -----
7. Taxa de IMI a cobrar em 2018; -----
8. 1ª Alteração por Adaptação ao Plano Diretor Municipal de Penamacor; -----
9. Atribuição de Loja na Praça Municipal; -----
-
10. Atribuição de Apoio Financeiro à Fábrica da Igreja de Águas; -----
11. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo e Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----
O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por motivos profissionais, considerando-se a falta justificada. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dezoito horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 16 de agosto do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROC. N.º MA – 09/2017 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO: “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em conta que na sequência do procedimento de concurso público e mediante deliberação da Câmara Municipal de 4 de agosto de 2017, foi adjudicada à sociedade José António Parente, Lda. a execução da empreitada denominada “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor” pelo preço de 418.728,61 Euros (quatrocentos e dezoito mil setecentos e vinte e oito euros e sessenta e um cêntimos); Comprovada a prestação da caução através de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

seguro caução, apólice n.º 0080.10.005315- Ágeas Seguros, sendo o capital seguro de € 20.936,43 (5% do preço contratual); Considerando que, nos termos do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, e que neste processo tal competência recai sobre a Câmara Municipal, atendendo ao valor da despesa, PROponho QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do contrato de empreitada que se anexa à presente proposta, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do nº 1 do artigo 100º do Código dos Contratos Públicos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – PROC. N.º MA – 09/2017 – NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, proponho que: -----

-Seja nomeado o Eng. Raul Laranjeira, Chefe de Divisão em Regime de Substituição, Diretor de Fiscalização de Obra; -----

- Seja nomeada a Engª. Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior, Coordenadora de Segurança e Saúde em Obra. -----

Proponho ainda aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 04/2017. -----



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Penamacor, publicado no Diário da República, 2ª série – nº 101, de 25 de maio de 2010, Regulamento nº 485/2010, estipula no seu artigo 96º, nº 7, que são aplicáveis as taxas previstas no Regulamento Municipal reduzidas até ao máximo de 50 % aos requerentes com domicílio fiscal no concelho de Penamacor, -----

A AMARCOR, Ld.^a pessoa coletiva, com NIPC 514 203 340, tem o seu domicílio fiscal em Rua das Escadinhas, n.º 16, 6090 – 554 Penamacor conforme consta na certidão permanente oportunamente apresentada, pelo que o seu pedido se enquadra na legislação supra referida. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere redução de 50% das taxas para a emissão do alvará de utilização referente à obra licenciada através do processo nº 28/2016”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS À MEIMOACOOP. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito do processo de regularização de construção clandestina com o nº L2/2017, veio a Meimoacoop – Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Rural e Solidariedade Social – C.R.L., solicitar isenção de taxas no processo acima identificado. -----

A legalização de obras ou construções clandestinas implica sempre o pagamento das taxas que forem devidas, à semelhança do que acontece com qualquer processo de licenciamento, conforme o que resulta do disposto no nº

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 do artigo 51º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010). -----

Pela sua natureza, a entidade requerente não cabe no âmbito de aplicação do nº 4 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em vigor, pelo que não poderá beneficiar da isenção de taxas que vem requer, podendo apenas ser concedida redução até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

-

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à Meimoacoop a redução de 50% no valor das taxas devidas pela regularização da construção”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Proponho que, para posterior submissão à Assembleia Municipal dada a sua competência para aprovar a criação e reorganização dos serviços municipais prevista na alínea m) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado pelo Órgão Executivo no exercício da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma e ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, manter para 2018 o modelo atual de organização dos serviços, nos termos seguintes: -----

1 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como modelo de estrutura orgânica a adotar em sede de organização interna dos serviços da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2018, uma estrutura hierarquizada, nos termos da competência prevista na alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

2 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, nos termos permitidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 8º e nº 1 do artigo 9º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a criação pela Câmara Municipal de 3 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal e um dirigente intermédio de 3º grau (conforme deliberação da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014, por proposta da Câmara Municipal, que se mantém válida e em vigor), ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro.

3 – Propor à Assembleia Municipal que aprove como número máximo, a previsão mediante Despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 3 subunidades orgânicas destinadas a ser dirigidas por coordenadores técnicos, nos termos da competência prevista na alínea d) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador Vítor Gabriel. Por unanimidade foi a presente proposta aprovada em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

6 – TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2017/2018 – ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E A RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR, S.A. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

Compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto artigo 33º, nº 1 alínea gg), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no Decreto-Lei nº 299/84, de 11 de setembro, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares do município. -----

Foi aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017-2018, por deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril do corrente ano. -----

Incumbe ao Município o transporte para a escola dos alunos que residem a mais de 4 km da sede do Agrupamento, o qual tem refeitório. -----

Há necessidade de assegurar o funcionamento de uma rede de transporte público de passageiros que sirva as populações de todas as freguesias da área do Município, mantendo as carreiras existentes e, eventualmente, criando outras; -----

Na sua maioria as carreiras de transporte público de passageiros poderão não revestir interesse económico passível de exploração comercial, pese embora a contrapartida financeira que advenha quer da venda direta de títulos de transporte que da receita dos passes escolares; -----

O Regulamento (CE) nº 1370/2007, de 23 de outubro, impõe obrigatoriedade de celebração de contratos de serviço público entre as autoridades competentes e os operadores de serviços públicos de passageiros sempre que haja lugar à atribuição de direitos exclusivos e/ou atribuição de compensação financeira em razão de obrigações de serviço público; -----

Está em fase de implementação o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros aprovado pela Lei 52/2015 de 9 de Junho. -----

Assim: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Tendo em conta que se mantém o interesse em continuar a assegurar a prestação de um serviço público de transporte de passageiros que garanta o transporte das populações das diversas freguesias para a sede do concelho e vice-versa aliado à necessidade de assegurar o transporte escolar dos alunos de e para Penamacor, o qual esteve no cerne do Protocolo celebrado em 2006 com a Rodoviária da Beira Interior, S.A., única empresa de transportes coletivos de passageiros a operar na área do município, entendeu-se oportuno introduzir alguns ajustes ao referido protocolo, que deverá ser revisto oportunamente em conformidade com o regime jurídico do transporte público de passageiros que vier a ser aprovado. -----

-

Deverão manter-se carreiras de transporte público de passageiros de todas as freguesias, em horários que permitam também o transporte de alunos desde as freguesias onde residem até ao estabelecimento de ensino que frequentam em Penamacor e vice-versa. Reconhecendo-se que a exploração comercial das ditas carreiras pode não representar interesse económico para a operadora, deverá manter-se o pagamento pelo Município à empresa transportadora de uma contrapartida financeira pela prestação de um serviço público. -----

Mediante a manutenção desta solução, será possível prestar às populações um serviço público de transporte ao mesmo tempo que é assegurado o transporte dos alunos desde as aldeias onde residem até ao estabelecimento de ensino, num sistema de transporte conjunto, ficando devidamente assegurada a prática de horários e circuitos compatíveis com a frequência das aulas, em moldes idênticos aos anos letivos anteriores. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado: -----

1 - Manter o protocolo celebrado em 2006 com a operadora de transportes coletivos de passageiros, Rodoviária da Beira Interior, SA, com a redação que agora lhe é dada e cuja minuta se anexa. -----

2 – Autorizar, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, o pagamento de contrapartida financeira pela realização das carreiras de serviço público que garanta o

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

equilíbrio económico-financeiro da respetiva exploração, sem prejuízo das receitas diretas com a venda de títulos de transporte, no valor até € 72.008,00 mais IVA à taxa legal em vigor, a que correspondem € 418,65 por cada dia em que devam ser também assegurados os transportes escolares no decurso do ano letivo de 2017-2018. -----

3 – Autorizar a despesa com passes escolares no valor estimado de € 91.316,28, acrescido de IVA à taxa legal em vigor correspondente ao ano letivo de 2017-2018. -----

4 - Aprovar em minuta as presentes deliberações, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A despesa assume carácter plurianual e insere-se no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal por deliberação de 30 de Dezembro de 2016, aprovada em minuta, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, para efeitos do disposto no artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 22/2015, de 17 de março. -----

A despesa tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as seguintes classificações: Orgânica 02, Económica 020210 e no Plano Plurianual de Investimentos do ano corrente, no Objetivo 2, Programa 211, Projeto 2016/6 Ação 5. A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, após emissão do compromisso respetivo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – TAXA DE IMI A COBRAR EM 2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos na área do Município e constitui uma receita

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

municipal, sem prejuízo de o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e da participação de 1% da receita do IMI sobre o prédios urbanos constituir receita das freguesias, conforme o disposto na alínea a) do artigo 14º e da alínea a) do nº 1 do artigo 23º, ambos da Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). -----

Nos termos da redação atual do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 11 de novembro, o qual sofreu já várias alterações, cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, definir em cada ano as taxas de IMI a aplicar. -----

Assim, -----
Considerando que o Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro tem sofrido ao longo dos anos várias e sucessivas alterações, das quais se destacam as que resultam da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017; -----

Considerando o aditamento ao CIMI do artigo 112º-A, do qual resulta que, relativamente aos imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, os municípios passam a poder estabelecer (mediante deliberação da assembleia por proposta da câmara) uma dedução fixa ao valor do IMI, em função do número de dependentes, -----

Propõe-se o seguinte: -----

1 – Que seja deliberado propor à Assembleia Municipal que fixe para 2018 a taxa mínima de IMI admissível pela alínea c) do nº 1 do artigo 112º do CIMI, na sua redação atual, ou seja, de 0,3% para os prédios urbanos. -----

2 – Que seja deliberado propor à Assembleia Municipal que aprove, nos termos do nº 1 do artigo 112º-A do CIMI, aditado pelo artigo 161º da Lei nº 7-A/2016, de 30.3 (LOE), a redução da taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente de sujeito passivo ou do seu agregado familiar em função do número de dependentes e de acordo com a seguinte tabela”: -----



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	€ 20,00
2	€ 40,00
3 ou mais	€ 70,00

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – 1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do disposto na Lei dos Solos, (Lei 31/2014 de 30 de maio), nomeadamente no que refere o seu art.º 78º; “o conteúdo regulamentar dos “Planos Especiais de Ordenamento do Território” deve ser vertido no Plano Diretor Municipal em vigor”. A área territorial do Concelho de Penamacor contém dois Planos Especiais de Ordenamento do Território, são estes, o “Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata” e o “Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal”, cuja “Zona de Proteção” transpõe os limites do concelho do Sabugal. Desta forma os Planos Especiais atrás referidos perdem a sua natureza regulamentar que vincula diretamente os particulares, passando esta para o Plano Diretor Municipal em vigor o qual concentrará assim todas as normas vinculativas dos particulares relativamente a esses mesmos Planos. -----

Para tal tendo em conta a dinâmica de procedimentos constante do atual “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT, (Dec. Lei 80/2015 de 14 de Maio), a transposição do conteúdo regulamentar destes Planos Especiais de Ordenamento do Território, obedece ao procedimento de “alteração por adaptação” ao Plano Diretor Municipal em vigor. -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, nos termos do n.º 3 e n.º 4 do art.º 121º do RJIGT propõe-se à Câmara Municipal a alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal, a verter em “declaração”; permitindo assim cumprir com o disposto na Lei dos Solos de acordo com o seu art.º 78º. A presente proposta de alteração constituirá a 1ª alteração ao Plano Diretor Municipal em vigor, (D.R. – II Série, nº 237, Aviso n.º 14228/2015 de 03/12/2015), a qual depende de mera declaração deliberada na presente reunião do executivo, na sua qualidade de órgão responsável pela elaboração do Plano em vigor. -----

A proposta de alteração já elaborada será emitida sob forma de “declaração” a publicar em Diário da República no prazo de 60 dias, assim que seja comunicada previamente à Assembleia Municipal e transmitida de seguida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC, para posterior publicação e depósito no termos do RJIGT em vigor. -----

Em anexo a peça escrita, (Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor) que melhor ilustra as implicações da alteração proposta, que assim se apresentam à deliberação da Câmara, para que melhor se possa ajuizar acerca das mesmas. -----

A aprovação das Alterações ao Plano será publicada em II Série do Diário da República, nos termos do n.º 4 do art.º 121º do RJIGT. -----

Em anexo peça escrita e desenhada, (Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor e alteração da “Planta de Ordenamento, Classificação e Qualificação do Solo”, folhas 1 e 2 na escala 1/25.000) que melhor ilustram as implicações das alterações propostas, que assim se apresentam à deliberação da Câmara, para que melhor se possa ajuizar acerca das mesmas”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – ATRIBUIÇÃO DE LOJA NA PRAÇA MUNICIPAL. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Foi apresentado pela requerente Andreia de Fátima Pinheiro Madeira, residente em Penamacor, contribuinte n.º 234847310, requerimento a solicitar a concessão de uma Loja da Praça Municipal para instalação de talho e armazém. -----

Encontrando-se disponível o espaço solicitado, PROPONHO que seja deliberado: -----

1 – Atribuir à requerente Andreia de Fátima Pinheiro Madeira a loja nº 35 da Praça Municipal mediante o pagamento mensal da taxa prevista no nº 2 do artigo 94º da Tabela de Taxas do Município de Penamacor, que no corrente ano de 2017 corresponde a € 60,23; -----

2 – Que a concessão tenha duração de um ano, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos mediante interesse manifesto da requerente e autorização do Município mediante Despacho do Presidente da Câmara”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA DE ÁGUAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----

“Foi apresentado pelo Rev. Pároco Tarcísio Duarte um pedido de apoio, naturalmente em nome da Fábrica da Igreja de Águas, para aquisição de uma aparelhagem para a Igreja daquela localidade. Sendo a população maioritariamente idosa, facilmente se compreende a importância de dispor de um sistema de som digno e adequado ao culto religioso. -----

Assim, face ao óbvio interesse para a população de Águas e atendendo à competência da Câmara Municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja deliberado atribuir à Fábrica da Igreja de Águas, um apoio financeiro no valor € 8.900,00, para aquisição de um sistema de som/aparelhagem. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

11 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 8.308.872,40 euro e uma despesa também acumulada de 5.640.109,75 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezanove horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.ª _____
Data: ____/____/____